



doi.org/10.48195/sepe2021-034

Curso de Graduação em Enfermagem
Disciplina: Temáticas Emergentes em Saúde

TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Gabriéli dos Santos Rosa; Carolina Araujo Londero; Stephani Sortica Fantinel; Juliana de Avila Fuhr; Martha Helena Teixeira de Souza

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma atividade proposta na disciplina de Temáticas Emergentes em Saúde, sendo cursada no sétimo semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana/ UFN, no primeiro semestre do ano de 2021. Na atividade a professora tinha como tema disparador a Violência de Gênero, reforça-se que por conta da pandemia, todas as atividades estão sendo realizadas de forma online. Busca-se elucidar de que forma será criado uma cartilha educativa, justificado pela necessidade de abordar a temática de violência contra mulher no âmbito escolar e tendo como método uma revisão de literatura com recorte temporal de dez anos e autores que falassem a respeito da temática. O fenômeno da violência contra mulher no contexto brasileiro, está presente em inúmeros cenários, tornando-se a partir da última década um problema de saúde pública. Considere-se que a cartilha educativa produzida tem como objetivo contribuir efetivamente para compreensão dos tipos de violência, buscando a ampliação do debate da temática.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes; Educação; Saúde; Violência;

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência contra mulher no contexto brasileiro, está presente em inúmeros cenários, tornando-se a partir da última década um problema de saúde pública. Nesse sentido, há 15 anos atrás fazia-se vigente a Lei de nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, a qual ampliou os mecanismos para prevenir e refrear a violência familiar e doméstica contra a mulher (BRASIL, 2006).

Os pressupostos da Lei afirmam que todas as mulheres, independentemente de fatores socioeconômicos e socioculturais, asseguram estratégias e oportunidades a fim da preservação da integridade mental e física. Atrelado a isso, a Constituição Federal de 1988, garante

igualdade entre homens e mulheres, sendo este documento o primeiro a estabelecer tais garantias de direitos (FEDERAL, 1988).

Refletindo sobre as implicações da pandemia na vida das mulheres, constatou-se segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que os casos de feminicídios tiveram um crescimento no primeiro semestre de 2020, em relação ao mesmo período do ano anterior, ademais preocupa-se que as denúncias tiveram uma queda também (BUENO et al, 2020). O dado que foi apresentado, qualifica-se como um disparador para as questões sociais, as quais a pandemia está correlacionada.

Uma pesquisa realizada no ano de 2013 demonstrou que 43% das adolescentes a partir de 15 anos declararam ter sofrido violência praticada por um homem, sendo um membro da família ou parceiro, um terço admitiu ter sofrido alguma forma de violência física, 13% sexual e 27% psicológica (SANTOS et al, 2020). Percebendo que os casos de violências se iniciam na adolescência, a cartilha será realizada para auxiliar estas meninas a identificar como elas ocorrem no cotidiano.

O processo de desenvolvimento, dos adolescentes, caracteriza-se como um período propício para ações de prevenção e promoção da saúde, pois durante essa fase os hábitos ainda podem ser moldados com mais facilidade, portanto a realização da ação na escola poderá impactar de forma positiva estes jovens (TAQUETTE, 2015).

Nesses processos de violência, que por vezes iniciada no desenvolvimento, expandiu-se as políticas públicas voltadas para a proteção desses cidadãos, sobretudo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legitimado pela Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, esse considera criança até doze anos de idade incompletos e adolescente a partir dos 12 anos de idade completos até 18 anos de idade, podendo ser aplicado até os 21 anos de idade (BRASIL, 1990). Desta forma, a partir de uma breve busca na literatura percebeu-se que os jovens tornam-se vulneráveis para o início de atos violentos.

Nessa continuidade, ainda no que tange à aspectos legais, uma das mais recentes normativas está a Lei 13.010 de 26 de junho de 2014, também conhecida como Lei da Palmada ou Lei do Menino Bernardo, dispõe sobre os cuidados e a educação dos menores de idade, sem usar do castigo físico, ou seja, não usar da força física em caráter punitivo que possa gerar lesões e/ou sofrimento físico. Além disso, pressupõe sobre a não utilização de tratamentos cruéis ou que degradem o sujeito, não sendo permitido ridicularizar, humilhar ou ameaçar gravemente adolescentes e crianças (BRASIL, 2014).

Com o explanado busca-se elucidar de que forma será criado um material didático, justificado pela necessidade de abordar a temática de violência contra mulher no âmbito escolar,

visto que segundo a literatura científica as ocorrências de violência se iniciam na adolescência. Salienta-se que em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher busca-se promover a atenção integral para as adolescentes em situação de violência (BRASIL, 2009).

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma atividade proposta na disciplina de Temáticas Emergentes em Saúde, sendo cursada no sétimo semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Franciscana/ UFN, no primeiro semestre do ano de 2021. Na atividade proposta pela professora tinha como tema disparador a Violência de Gênero, reforça-se que por conta da pandemia, todas as atividades estão sendo realizadas de forma online.

Tendo isto em vista, foi criada uma cartilha educativa para adolescentes, abordando os tipos de violência e como elas se apresentam no cotidiano, bem como um levantamento de dados nas bases de dados Scielo e Lilics, com um recorte temporal de dez anos e autores que conversassem com a temática. O material informativo foi construído na plataforma digital *canva*, disponibilizada por meio de um link de acesso online, o qual será compartilhado com público-alvo, adolescentes de 14 até 18 anos, de uma escola de Educação Básica de um município de médio porte da região central do Rio Grande do Sul.

No primeiro momento mostraremos o material para a equipe diretiva da instituição, e posteriormente apresentada aos estudantes, salientado o objetivo principal que é abordar a temática da violência contra a mulher no ambiente escolar. A cartilha será utilizada como uma metodologia ativa, visando exemplificar para adolescentes as nuances de como a violência começa e como compreendê-la no cotidiano, para além de reforçar a necessidade da denúncia.

Desta forma elucida-se que a igualdade afirmada pelo pedagogo Paulo Freire como condição de uma educação libertadora para a qual deve-se aceitar e respeitar as diferenças, nesse contexto a violência contra a mulher (KOHAN, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Elucidarmos a atividade em dois tópicos, sendo eles “Políticas Públicas X Adolescência”, o qual apresentará um levantamento bibliográfico que se aproximou do tema e “A educação continuada por meio de uma cartilha educativa”, estes propõem a reflexão sobre o impacto social do produto técnico, os quais serão debatidos a seguir.

Políticas Públicas X Adolescência

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência compreende dos 10 aos 19 anos, sendo dividida em fase inicial e a fase final (BRASIL, 2017). Alguns pesquisadores indicam um conceito de adolescência com vários sentidos, levando em conta as mudanças sociais, bem como a evolução de pensamento, atrelada às significações da sociedade às diversas realidades possíveis (ROSSI et al, 2019).

O ECA apresenta um avanço legal e social, das medidas que estende a todas as crianças e adolescentes a proteção integral e preferencial, colocando estes como sujeitos de direitos, estes que por sua vez estão presentes na constituição federal de 1988 (AZEVEDO et al, 2017).

No que tange o acesso aos serviços de saúde, constatou-se que no caso da faixa etária que compreende a adolescência, fica evidente uma fraqueza do sistema de saúde, a partir de uma visão do Sistema Único de Saúde (SILVA et al, 2019). Desta forma, ocorre a necessidade de fortalecer o vínculo profissional com os jovens, cita-se como exemplos ações como o Programa Saúde na Escola, instituído pelo governo federal em 2007.

Nesse contexto, a atuação de profissionais e acadêmicos de cursos da saúde torna-se importante, pela complexidade de fatores que envolve as ocorrências violência. Segundo Zancan (2013) às causas de ações violentas são multifatoriais, como abuso de substâncias lícitas e ilícitas, como álcool e drogas, ciúmes, fator que eleva o aumento de tensão no casal, demonstrando caráter de dominação e posse, além de um ambiente familiar com histórico de violência presenciada ou sofrida na infância e a vulnerabilidade de gênero.

A educação continua por meio de uma cartilha educativa

Considera-se o material didático disposto de forma online, pelo impacto do Covid-19, pois as implicações perpetuam muito além da doença em si, o caos gerado pela pandemia, perpassa questões sanitárias e sociais, afetando grupos sociais como um todo, as desigualdades entre mulheres e homens podem ser determinantes neste processo (CAMPOS et al, 2020). A partir de uma retomada histórica, percebeu-se que em outras crises sociais e econômicas, reduziram-se o acesso aos serviços de atenção à violência de gênero (HALL et al, 2020).

Refletindo sobre isso a cartilha foi construída com uma fácil leitura, a fim de apresentar os tipos de violência e os possíveis canais de denúncia, partindo da temática de que a educação continuada em saúde é de fundamental importância para o desenvolvimento saudável. Além disso, salienta-se que violência contra mulher segundo a OMS é um problema de saúde pública, o qual afeta nossas relações sociais.

Em uma pesquisa realizada em 2015 constatou-se que os pais sentem dificuldade para falar com os filhos sobre violência e sexualidade, e se fazem de forma sutil (NERY et al, 2015). A cartilha foi construída levando isso em conta, utilizou-se recursos visuais para elucidar, com o objetivo de ampliar e questionar a forma que abordamos atos violentos, ao longo ainda reforça a importância de “meter a colher”, pois socialmente há uma corrente de pensamento em que “em briga de marido e mulher, não se mete colher”.

Ressalta-se ainda que está garantido pela Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º o direito à vida, à liberdade, à igualdade, desta forma deve ser refutado todo e qualquer ato de violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considere-se que o produto tecnológico produzido irá contribuir efetivamente para compreensão dos tipos de violência, buscando a ampliação do debate da temática, sabendo que a partir dos achados na literatura não há uma conversa ampla sobre o tema no âmbito familiar. Sendo a cartilha possui uma fácil linguagem para a ampliação do diálogo para o enfrentamento da violência, mesmo no momento pandêmico.

Para além disso, reforça-se que os grandes índices de violência contra as mulheres não são apenas resultado da pandemia, mas sim de uma construção social, que reforça uma enorme desigualdade de gênero, perpassando gerações. A literatura científica correlaciona as bases sociais de poder, como um dos pontos-chaves de atos violentos, constituindo relações desiguais de poder, ou seja, constitui um tipo de violência motivada pela condição desigual de sexo, a qual tende a começar no universo familiar (SANTOS et al, 2020).

REFERÊNCIA

AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, p. 579-594, 2017.

BRASIL. **LEI Nº 11.340, 7 de Agosto de 2006**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. ***Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes***. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS. **Sistema de Informações de Mortalidade -SIM**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de sars-Cov-2/covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Edição XIII. São Paulo, 2019.

HALL, Kelli Stidham et al. Centring sexual and reproductive health and justice in the global COVID-19 response. **The lancet**, v. 395, n. 10231, p. 1175-1177, 2020.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire e o valor da igualdade em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e201600-e201600, 2019.

ROSSI, Lívia Martins et al. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

SANTOS, Ione Barbosa dos et al. Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1935-1946, 2020.

TAQUETTE, Stella R. Violência contra a mulher adolescente-revisão de estudos epidemiológicos brasileiros publicados entre 2006 e 2011. **Adolescência e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 66-77, 2015.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013.